

A C A C E I I 2 9 6 5 / 7 8

C N F

I / I

FICHA DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE DOCUMENTOS

1

S. N. I. AGENCIA CENTRAL
017428 11 AGO 78
PROTOCOLO
ACE 112965

1. CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

ORIGEM: ASP/SNI TIPO: INFÃO Nº 4004/116 DATA: 10 Ago 78
 CLASSIF: CONF. REF: _____
 ANEXOS: Boletim Democracia para Mudar nº01
 ASSUNTO: FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Propaganda Eleitoral

AC/SNI
GTE

2. DISTRIBUIÇÃO INICIAL

	ORIGINAL	<u>SCI</u>							
CÓPIAS	<input type="checkbox"/>	CHEFE DO SNI	<input type="checkbox"/>	CHEFE GAB/AC	<input type="checkbox"/>	SC-2	<input type="checkbox"/>	SC-5	
	<input type="checkbox"/>	CHEFE GAB/SNI	<input type="checkbox"/>	SS-051	<input type="checkbox"/>	SC-3	<input type="checkbox"/>	SC-6	
	<input type="checkbox"/>	CHEFE DA SAD	<input type="checkbox"/>	SC-1	<input type="checkbox"/>	SC-4	<input type="checkbox"/>	SC-7	
OUTROS DESTINATÁRIOS									

3. ORIENTAÇÃO

TOMAR CONHECIMENTO	REGISTRAR	FALAR COM A CHEFIA	APROFUNDAR	PROCESSAR	INTEGRAR	ARQUIVAR
MONTAR INFÃO PARA:				DIFUNDIR PARA:		

4. ORDENS PARTICULARES:

[Handwritten Signature]

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DA FICHA

5. PROVIDÊNCIAS:

SE 15.5.
11/6/78
11/6/78
14/8/78
INFÃO: 4004/116/ASP/78
EN/AD.

CONFIDENCIAL



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

INFORMAÇÃO N.º 4004 / 116 / ASP/SNI



S. N.º
AGENCIA CENTRAL
017428 11 ABO 78
PROTOCOLO

DATA : 10 AGO 78
 ASSUNTO : FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Propaganda Eleitoral
 REFERÊNCIA:
 ORIGEM :
 DIFUSÃO : AC/SNI
 ANEXO(S) : BOLETIM DEMOCRACIA PARA MUDAR Nº 91

112965

O candidato comunista ao Senado Federal pelo MDB de São Paulo, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, filho de um general comunista também, o gen LEÔNIDAS CARDOSO e que conta com uma bem montada máquina eleitoral obteve, por carta, recentemente, o apoio à sua campanha, de LUÍS INÁCIO DA SILVA (LULA), RAIMUNDO FAORO e de D. PAULO EVARISTO ARNS.

De LULA, não só obteve o apoio, como conseguiu antipatizar o outro candidato da oposição o Senador ANDRÉ FRANCO MONTORO, (MDB-SP). Com isso garante para si, no meio operário, os votos que seriam dados ao atual Senador por São Paulo, que busca a reeleição.

Há tempos FERNANDO HENRIQUE CARDOSO vinha buscando o apoio de LUÍS INÁCIO DA SILVA, aproveitando a ascendência que sobre o líder sindical exercem o Deputado Estadual ALMIR PAZZIANOTTO PINTO (MDB-SP) e o jornalista BERNARDO LERER.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO conta para sua campanha com o apoio do clero esquerdista, da imprensa comprometida com o MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL, com os estudantes universitários, com os operários através de LULA, de inúmeros intelectuais de esquerda ou comunistas, além de inúmeras organizações, entre as quais sobressaem o CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS (CEBRAP) do qual é fundador e um dos diretores, do DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS E ESTATÍSTICOS (DIEESE).

Na qualidade de sociólogo e professor, tem grande mobilidade no País e no exterior para onde freqüentemente é convidado a ministrar cursos.

Na Universidade de São Paulo, onde foi professor e foi dispensado por força de AI, desenvolve intensa campanha de propaganda política.

O Boletim DEMOCRACIA PARA MUDAR (Anexo), está sendo largamente distribuído na USP. Tem formato cuidadoso, linguagem acessível e destina-se a ter grande penetração com base nos slogans que ostenta ("E, HORA DE AVANÇAR" - "QUEM NÃO LUTA NÃO LEVA" "CONTRA A FORÇA USE A CABEÇA").

TODA PESSOA QUE TOME CO-
 NHECIMENTO DESTA DOCUMENTO
 É A RESPONSÁVEL PELA MANU-
 TENÇÃO DE SEU SIGILO (CSAS)

CONFIDENCIAL

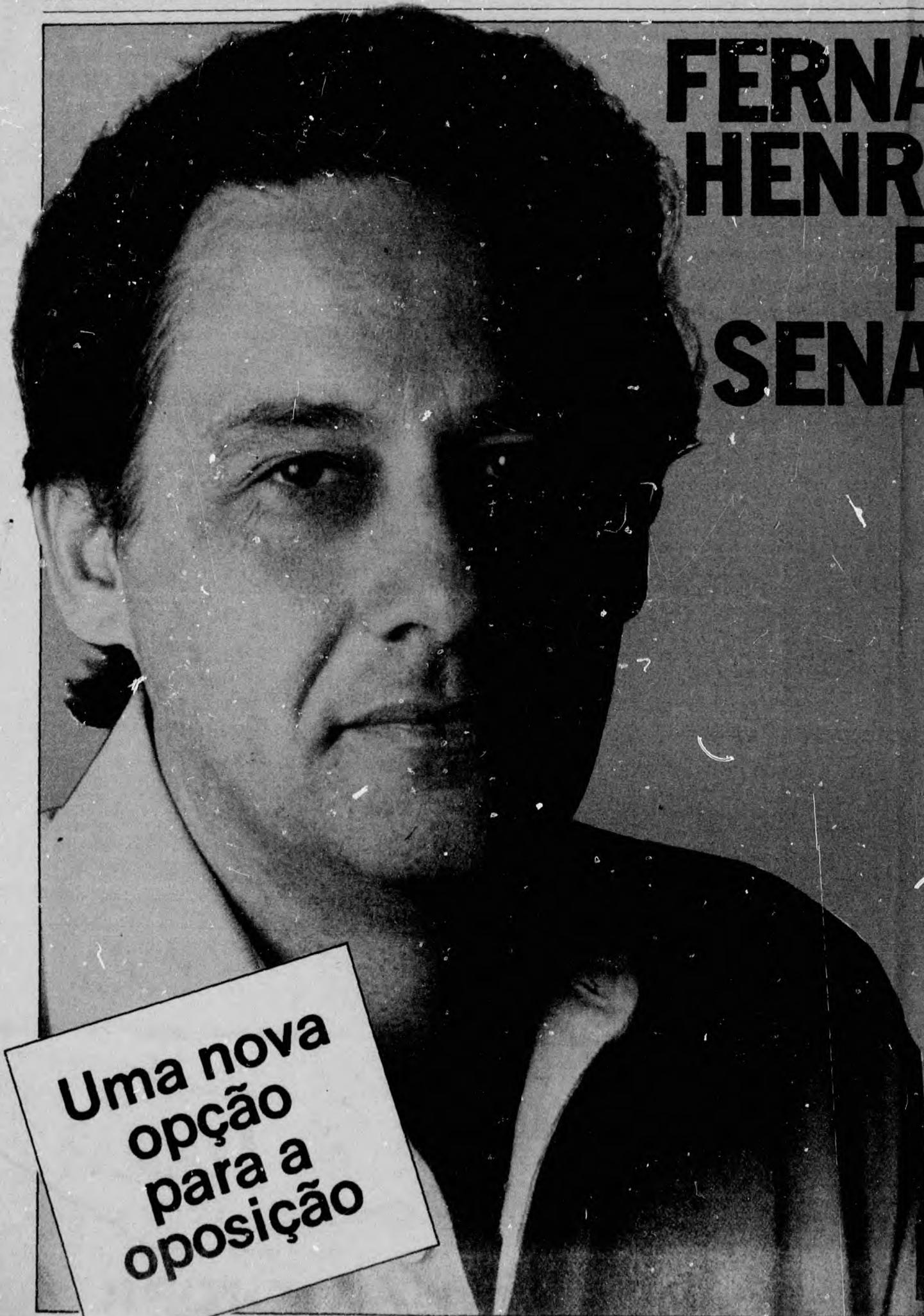
A Revolução de 64 é irreversível e
 consolidará a democracia no Brasil.

DEMOCRACIA PARA MUDAR

Boletim
informativo
nº 1

COMITÊ ELEITORAL DA CANDIDATURA FERNANDO HENRIQUE CARDOSO RUA SENA MADUREIRA, 646 - TEL. 70-4325

FERNANDO HENRIQUE PARA SENADOR



Uma nova
opção
para a
oposição

MDB

Lutamos por estas mudanças

As oposições brasileiras desenvolvem uma campanha pela volta ao Estado de Direito e pela reconquista das liberdades democráticas, desde que o arbítrio e a ilegalidade, respaldados pela força, instalaram-se em nosso país há 14 anos. A mudança política que as oposições pregam não se resume, porém, ao simples direito de discordar do Governo e do regime. Através da anistia ampla e irrestrita, de eleições diretas em todos os níveis e de uma Assembléja Nacional Constituinte soberana e livre, pode-se chegar a uma verdadeira transformação.

São estas as condições que permitirão à Nação e ao povo avançar no plano político, cultural, social e econômico. No terreno político, a mudança significa dar voz a toda sociedade e a cada um dos grupos que a compõe: operários, camponeses, assalariados das cidades, desempregados, funcionários públicos, estudantes, intelectuais, pequenos comerciantes e industriais. Esse conjunto, que forma a imensa maioria da Nação, precisa dizer, autonomamente, o que faz deste País. E serão principalmente os jovens trabalhadores e estudantes — que constituem a maioria do País e não estão acomodados — que levarão adiante essa mudança. O povo precisa retomar o que lhe pertence: o direito de decidir o seu próprio destino político.

Só a organização popular — em cada bairro, em cada sindicato, em cada associação profissional e em cada comunidade — permitirá essa conquista. Só ela fará com que os que forem eleitos pelo povo estejam realmente comprometidos com as causas populares. Eleitos pelo povo, somente ao povo devem prestar contas. E preciso começar a mudança mudando os que fazem as leis e aqueles que as executam.

Quase tudo neste País precisa ser mudado. O que não precisa ser mudado é o povo. O povo, porém, precisa mudar de posição. De subordinado, excluído, margi-

nalizado, deve passar a autônomo, participante. E necessário mudar a legislação sindical para que os trabalhadores possam reivindicar seus direitos, para que possam forçar os aumentos de salários à medida que cresce a riqueza que produzem. E preciso desatrelar os sindicatos do Ministério do Trabalho para que o direito de greve seja exercido livremente e para organizar centrais sindicais que possam negociar com os grandes grupos nacionais e internacionais e com as próprias empresas nacionais. E também para que a distribuição de renda possa contemplar os que mais trabalham e que menos ganham, porque falar em redistribuição de renda sem aumentar salários é balela, é mentira.

E preciso mudar também o destino que o Governo dá ao dinheiro do povo e para isso são necessárias eleições diretas. Para que não se esbanje o dinheiro do povo em obras suntuosas ou na sustentação de empresas falidas e de empresários delinquentes. Eleições diretas para que o dinheiro do povo não subsidie exportações de calçados, têxteis, vestuários e alimentos, quando o povo anda descalço, mal vestido e com fome. Para que o dinheiro do povo não financie apartamentos de luxo, enquanto o problema da moradia continua sem solução, e nem sustente empresas que no Nordeste só aumentaram a pobreza da população. Para que o Governo não ajude, com o dinheiro do povo, os aventureiros e as grandes empresas que estão destruindo a Amazônia, enquanto faltam recursos para a educação e para a saúde da maior parte dos brasileiros.

E preciso uma democracia para mudar as condições atuais, em que as grandes empresas internacionais, à custa de miseráveis salários, amealham e retiram do país os lucros que o trabalho do povo produz. Democracia para

mudar o papel das empresas estatais, evitando que elas sejam o refúgio das altas burocracias cujos salários chegam a ser 150 vezes maiores que o salário-mínimo. Para que os lucros das estatais revertam aos cofres do Estado para financiar as necessidades básicas do povo. Para que o controle dessas empresas seja feito pelo povo. O povo é o grande acionista das empresas estatais. E a ele devem ser prestadas as contas das empresas do Estado.

Democracia para mudar o papel das empresas nacionais. Para que o dinheiro do povo não alimente empresas parasitárias, que dependem do Governo e não necessitam pesquisar e melhorar seu desempenho porque têm o dinheiro do povo a sua disposição e contam, ainda, com uma legislação repressiva que não deixa aumentar os salários dos trabalhadores.

Democracia para mudar a cultura nacional e permitir que ela se expresse livremente, com o fim da censura a todas as formas de expressão permaneçam isolados do mundo numa espécie de gueto que nos retira a possibilidade de acesso à cultura.

Democracia para mudar a participação popular, não apenas nas eleições diretas — que são essenciais — mas para aproveitar a criatividade popular, as formas de organização que a população encontrou ao longo desses 14 anos para resistir ao obscurantismo e à repressão. Por uma democracia que valorize essas experiências, devolvendo as organizações populares o dinheiro do povo, captado pelo Estado, para que se organizem sob direção popular, clubes de mães, creches, centros de cultura, onde se forja, ao lado das instituições representativas, as bases de uma democracia real e verdadeira.

Democracia para mudar. Esse é o lema. Democracia que restaure na sociedade brasileira os princípios e práticas que são patrimônio universal, conquistado a duras penas pelo povo brasileiro e outros povos, e represente um passo adiante em direção da justiça social.



**É HORA
DE
AVANÇAR**

VOTE EM UM SENADOR AUTENTICO



Todos querem liberdade sindical

A questão sindical é um dos principais pontos da plataforma eleitoral de Fernando Henrique Cardoso. Não se trata, porém, de erguer novas bandeiras para a classe trabalhadora. A candidatura de Fernando Henrique, ao contrário, pretende se constituir em instrumento de avanço do debate político travado atualmente no meio operário.

Os mais graves problemas do trabalhador brasileiro são o arrocho salarial e a falta de liberdade. Dois fenômenos que, na verdade, estão intimamente relacionados. De forma tal que se torna impossível compreender ao arrocho esquecendo-se a falta de liberdades democráticas. Para a derrubada do arrocho, que sem dúvida exige um instrumento eficiente de luta, só há um caminho: um sindicalismo autônomo em relação ao Estado e ao Governo. Só a reconquista de seus órgãos de classe permitirá a classe trabalhadora enfrentar as novas lutas que terão como objetivo melhores condições de vida e trabalho.

O sindicalismo brasileiro, hoje, é do Ministério do Trabalho, não do trabalhador. A estrutura sindical brasileira repousa sobre um tripé cujas bases são a vinculação ao Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho e o imposto sindical. A ligação com o ministério, sem dúvida, representa o controle total da vida sindical. Isso não justifica, entretanto, as frequentes repetições de que sua atual estrutura é uma herança imposta à classe trabalhadora. O que se procura, hoje, é criar alternativas para essa estrutura. E o objetivo é este: trans-

formar o sindicalismo brasileiro num autêntico instrumento de luta dos trabalhadores. O imposto sindical, por exemplo, deveria ser utilizado para financiar as greves e o seguro-deseemprego do trabalhador.

Essa meta só será obtida através de um sindicalismo unitário de base. Hoje em dia o sindicato vive, quando muito, na sede sindical. Mas a força do sindicalismo não reside aí. Ela se desenvolve e se consolida efetivamente no local de trabalho. A primeira liberdade a ser conquistada é a livre organização sindical na fábrica, com estabilidade para os representantes dos trabalhadores no interior da fábrica ou da empresa.

A força dos trabalhadores reside na sua união e esta deve se expressar numa central sindical que represente as bases e esteja liberta da tutela oficial. Representativa e democrática, uma central sindical dos trabalhadores brasileiros será a garantia de uma direção que preste contas às classes trabalhadoras de sua ação. E para que isto ocorra, é preciso alterações profundas nas normas que regulam a representação classista.

Um sindicalismo autenticamente controlado pelos trabalhadores é a condição para que as livres negociações entre patrões e operários levem realmente em conta os interesses dos trabalhadores. A livre negociação só será um instrumento útil quando os trabalhadores tiverem condições para garantir o respeito às regras do jogo. A livre negociação que interessa às classes trabalhadoras

não deve apenas colocar frente a frente um patrão e os operários de determinada fábrica. A força dos trabalhadores reside na união. A livre negociação deve, portanto, colocar frente a frente trabalhadores e patrões do mesmo setor e isso só poderá dar-se através de contratos coletivos de trabalho.

A busca de autonomia, meta do sindicalismo brasileiro, esbarra, contudo, em uma conquista primeira: o direito de greve. A greve representa o instrumento extremo para fazer valer as justas reivindicações dos trabalhadores, além de ser, indiscutivelmente, o argumento que os patrões mais compreendem. Uma classe operária que negocia sem poder recorrer à greve é como um cachorro velho: late, ruge, mas não tem dentes na hora da briga. O direito de greve representa o primeiro passo para a resolução do problema sindical brasileiro, pois através dele os trabalhadores tomarão em suas mãos os destinos de sua luta.

**QUEM NÃO
LUTA NÃO
LEVA**

O BRASIL DE NOVO PARA O POVO

Estamos com Fernando Henrique



Dom Paulo Evaristo Arns

Cardeal Arcebispo de São Paulo

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso e sua equipe trabalham incansavelmente pelo povo. Em particular, pelo povo da periferia. Seus trabalhos científicos e seu constante contato com o povo sofrido fizeram dele uma esperança para a ação conjunta em favor dos trabalhadores e todos os que se sentem à margem do desenvolvimento.

Em São Paulo e, quem sabe, até no Brasil, tornou-se um símbolo para os que buscam dias melhores, dentro de uma participação progressiva de todos no bem comum.

Depois de 14 anos de silêncio, a sociedade civil voltou a falar. Nesse processo de reorganização, em que foram vencidas sucessivamente as barreiras da censura e do medo, algumas vozes mais destemidas anteciparam-se, comandando a resistência ao arbítrio, e assumindo dimensão nacional. Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, por exemplo, talvez o líder religioso de maior prestígio no país, destacou-se por sua atuação em defesa das classes menos favorecidas em qualquer circunstância. Raimundo Faoro, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, foi quem deflagrou o movimento de resis-



Luís Inácio da Silva — Lula

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema

Agora que se necessita reunir um grupo de homens com o objetivo de encontrar soluções para o Brasil, Fernando Henrique Cardoso está entre os primeiros. Fernando Henrique Cardoso é uma reserva moral dentro deste país e foi marginalizado por um bom período.

Tendo decidido participar da política, em benefício deste país-continentemente, não tenha dúvida o professor Fernando Henrique Cardoso que existe muita gente apoiando-o em sua decisão, da qual muito se espera.



Deputado Ulysses Guimarães

Presidente do Diretório Nacional do MDB

Creio não exista presentemente em nosso País um brasileiro que tenha no exterior o conceito e o prestígio do Prof. Fernando Henrique Cardoso. Mestre nas mais reputadas Universidades da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte, convocado para assessorar trabalhos e pesquisas da ONU, ouvido em conferências e debates em todas as partes do mundo, o Prof. Fernando Henrique Cardoso é um cidadão universal que a política brasileira conquistou e com sua participação muito se enriqueceu e qualificou.

Sua candidatura para representar São Paulo no Senado da República é um serviço que presta, não um cargo que ambiciona. O Movimento Democrático Brasileiro aumenta seu coeficiente de credibilidade perante o Estado de São Paulo e a Nação, apresentando ao eleitorado nomes com a densidade cultural e a sincera preocupação com os problemas que afligem as classes trabalhadoras e universitárias, como ocorre com o Prof. Fernando Henrique Cardoso.

tência ao arbítrio junto à sua classe, dando início uma série de manifestações que culminaram com a elaboração de históricos manifestos em favor da legalidade. Luís Ignácio, o Lula, tornou-se o primeiro líder sindical a conseguir furar o bloqueio da repressiva legislação trabalhista em vigor. Ulysses Guimarães, presidente do MDB, foi praticamente quem deu início a esse movimento da resistência civil, ao lançar sua candidatura simbólica à presidência da República, em 1973, e ao comandar a grande vitória oposicionista no ano seguinte.

Esses quatro líderes civis falam sobre a candidatura de Fernando Henrique Cardoso.



Raimundo Faoro

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil

Todos devemos entender que a eleição de Fernando Henrique Cardoso para o Senado da República tem significação de relevo na vida contemporânea, comparável à presença de José de Alencar no parlamento do Império. Numa situação nova, de transição que se deseja profunda e real, sua imaginação, aliada ao trato dos problemas teóricos da ciência social, dará dimensão nova às práticas da política, carecedora de corajosas propostas e de ousadia de fórmulas.

RENOVAÇÃO NA OPOSIÇÃO

Estou na briga ao lado do povo

Ao longo de muitos anos, graças à perseverança e à luta de muitos, conseguimos espantar o medo e a apatia. Eles estavam — como ainda continuam em parte — enraizados na repressão e na falta de informações. Até há pouco o protesto era apenas um gesto. Doloroso para muitos. Derradeira ousadia para alguns. Hoje é a voz de quase todos.

É hora de democracia. Mas democracia para mudar. Não queremos repetir a democratização de 1946. Queremos uma democracia onde o povo encaminhe suas lutas. Transformaremos os recursos do imposto sindical em meios para sustentar um fundo de greve e para criar o seguro contra o desemprego. Destinaremos parte dos recursos dos fundos sociais (INPS, PIS, PASEP, etc.) diretamente às associações comunitárias, aos sindicatos, enfim, às organizações populares. É assim que se começa a assegurar a autonomia popular.

Queremos a restituição da liberdade de imprensa e o funcionamento livre do Congresso. Mas queremos que esses pilares da ordem democrática se assentem no solo vigoroso da reivindicação popular.

Para alcançar este propósito o MDB lançou a palavra de ordem fundamental: Estado de Direito. Só se pode construir uma ordem legal decente a partir da anistia ampla, geral e irrestrita. Só existirá democracia mesmo quando a Constituição a ser respeitada for o resultado de decisões e lutas numa Constituinte livre e soberana, eleita diretamente pelo povo.

Mas tudo isso, para ter sentido efetivo, precisa estar baseado nas lutas populares. E estas estão nas ruas. Não precisamos ser rebuscados e inventar temas de discussão. Eles estão em cada esquina. Democracia, salários, liberdade sindical, combate à carestia, defesa do meio ambiente, melhores condições de vida e de trabalho, lutas das mulheres e de minorias, reorganização livre das entidades estudantis, defesa dos orçamentos municipais com autonomia política e financeira e, acima de tudo, participação.

O que há de novo, nesta campanha, é que o povo não quer mais saber de políticos que façam promessas. Quer sentir quem está disposto a caminhar



5
junto. A lutar e a permanecer na luta. Não apenas no Congresso. Mas ao lado do povo, ajudando-o a unir-se e a tomar consciência de seus problemas. Nas horas fáceis da enchente de votos, mas também nas difíceis da luta e do arbítrio. Queremos democracia, já. Mas democracia com o povo caminhando por suas próprias pernas.

Fernando Henrique Cardoso

Um passado de lutas políticas

Tem gente que pensa que Fernando Henrique Cardoso é apenas um intelectual que só agora está entrando na política. Nada mais falso. É verdade que Fernando Henrique Cardoso, candidato a senador pelo MDB, está disputando eleições pela primeira vez. Mas, embora jovem, ele já tem um longo passado de atuação política firme e decidida em defesa dos interesses nacionais.

Fernando Henrique Cardoso começou a se interessar por política quando ainda era estudante.

Seu pai, Leônidas Cardoso, foi um dos deputados federais mais votados em São Paulo, em 1954 e 1958, depois de se destacar como um dos homens mais atuantes na vitoriosa campanha pelo monopólio estatal do petróleo, que empolgou a nação no início dos anos 50. Fernando Henrique também participou ativamente da luta do "Petróleo é nosso", na defesa da escola pública e de todos os grandes temas políticos e sociais que mobilizaram os estudantes e o povo em geral naquela década.

Em 1964, por razões políticas, Fernando Henrique foi obrigado a deixar o Brasil, para viver no

exílio, no Chile. Lá, durante três anos, ele trabalhou em um instituto de pesquisas ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), mudando-se, depois, para a França onde, na condição de professor universitário, ensinava aos jovens franceses o que lhe proibiam de ensinar à juventude brasileira.

Em 1968, Fernando Henrique Cardoso voltou ao Brasil. Prestou concurso para professor catedrático da Universidade de São Paulo (USP), e foi aprovado por unanimidade.

Mas, em outubro de 1969, um decreto assinado pela junta militar que tomou o poder, após o afastamento do marechal Costa e Silva, aposentou diversos professores da USP, sem processo e sem culpa formada. Entre eles, estava Fernando Henrique. Impedido de lecionar nas universidades brasileiras, ele vem se dedicando, desde então, ao estudo dos problemas sociais e econômicos que afligem o povo brasileiro.

Em 1974, Fernando Henrique foi um dos autores do programa da campanha eleitoral do MDB. Esse programa — um resumo das grandes aspirações nacionais — acabou se constituindo no instrumento, que unificou a campanha oposi-

cionista em todo o país, impulsionando o Partido para a estrondosa vitória nas eleições daquele ano.

Em 1976, Fernando Henrique foi um dos autores do livro "São Paulo — Crescimento e Pobreza", editado pela Arquidiocese de São Paulo e que já vendeu mais de 100 mil exemplares. Trabalhando apenas com dados oficiais, os autores do livro conseguiram mostrar o retrato real da vida do trabalhador paulista, seus problemas e suas dificuldades, resultantes dos baixos salários, — as deficiências de moradia, saúde, educação e alimentação da população da maior cidade brasileira.

Hoje, Fernando Henrique é um dos nomes mais importantes da vida nacional. Não apenas como intelectual e professor de renome mundial.

Mas, principalmente, como profundo conhecedor dos problemas que afligem o trabalhador brasileiro, como alguém identificado com as aspirações sociais, políticas e econômicas da população brasileira e como uma das vozes mais ativas em defesa dos interesses democráticos e nacionais.

CONTRA A FORÇA. USE A CABECA

A economia vai mal e o povo também

Uma inflação de 40% ao ano; um crescimento econômico não superior à taxa histórica de 7% ao ano; uma brutal concentração de renda que condena 95% da população trabalhadora a não receber mais do que cinco salários mínimos mensais; uma dívida externa de quase 40 bilhões de dólares, que custa ao país 5 bilhões de dólares anuais um pouco menos da metade das exportações; poucas oportunidades de emprego para as centenas de milhares de pessoas que, todo ano, procuram trabalho. Estas são algumas consequências dos quatorze anos de política econômica dos governos militares.

Durante todo esse período, os sindicatos e as associações de classe foram cada vez mais controlados e amordaçados; as decisões econômicas foram centralizadas por um diminuto número de pessoas. Foram eliminados os "obstáculos às decisões econômicas racionais", isto é, as classes sociais foram impedidas, pela força, de reivindicar seus direitos. O regime ficou com o caminho livre para levar a economia brasileira para onde bem entendesse. E as distorções não demoraram a aparecer.

Renda concentrada: a população excluída

Uma das maiores provas da perversidade do crescimento econômico brasileiro dos últimos quatorze anos é a absurda concentração da renda. O próprio Programa de Integração Social — PIS — mostra que em 1972 cerca de 70% dos trabalhadores brasileiros recebiam menos de dois salários mínimos por mês. Em 1976, esse número já chegava aos 80% e de lá para cá pouca coisa mudou. Dados do IBGE mostram que no mesmo ano 80% da população recebiam 34% da renda do país, e os 5% mais ricos detinham 39%. Ou seja, a maioria absoluta dos trabalhadores deve se contentar com um salário mensal que não satisfaz as suas necessidades básicas. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (DIEESE) já mostrou que, para satisfazer o espírito da lei que o criou, o valor do salário mínimo deveria ser, pelo menos, triplicado. E 90% da população não ganha três salários-mínimos por mês.

O arrocho salarial foi um dos instrumentos mais violentos utilizados pelo governo para garantir a exploração. Ele tirou dos trabalhadores o direito de reivindicar aumentos e negociá-los diretamente com os empresários. Inventou uma complicadíssima fórmula matemática para calcular os reajustes salariais anuais e a aplicou a seu bel-prazer, sempre em prejuízo dos trabalhadores. Enquanto os índices do custo

de vida disparavam, os reajustes desabavam.

O governo chegou até a adulterar os índices para, entre outras coisas, conter cada vez mais os salários. Quem não se lembra da luta pelos 34%, que foram sonhados no reajuste de 1973? Em 1974, por exemplo, o governo impôs reajuste de apenas 18% quando a inflação já beirava os 40% ao ano. E esse é apenas um exemplo de uma prática que perdurou durante anos. E que também castigou violentamente os funcionários públicos.

A situação do nível de empregos também não é muito diferente. Para uma força de trabalho próxima das 40 milhões de pessoas — um pouco mais de um terço da população — há quase sete milhões que não conseguem emprego ou só trabalham até 15 horas por semana. Isso, sem contar os subempregados que vivem de biscates — quase 20 milhões de pessoas.

Dívida externa: o sufoco do País

Para promover o seu "desenvolvimento", o regime apelou indiscriminadamente para o capital estrangeiro, sob a forma de empréstimos e investimentos. Por causa disso, a dívida externa do país cresceu como uma bola de neve e já está alcançando os 40 bilhões de dólares. Para pagar os cinco bilhões de dólares anuais de juros e amortizações, o Brasil precisa pegar novos empréstimos alimentando o círculo vicioso da dívida.

Hoje, o que se tem para distribuir são as dívidas. Cada brasileiro que trabalha, deve, ao capital financeiro internacional, cerca de mil dólares.

Nos últimos 14 anos, o capital estrangeiro passou a dominar setores vitais da economia. Entre as vinte maiores empresas privadas de setores importantes como máquinas e equipamentos, eletrônica, farmacêutico, material de transporte (automóveis, caminhões, tratores), entre outros, há um forte predomínio de empresas estrangeiras que sucram somas fabulosas com o trabalho dos brasileiros.

Em muitos dos setores dominados pelo capital estrangeiro seria possível desenvolver tecnologia nacional. Mas, a descontrolada abertura ao exterior mantém o país atrelado à importação de tecnologia. Nos últimos seis anos, o país gastou cerca de 2,5 bilhões de dólares só em contratos de compra de tecnologia. Além de sangrar sua economia, as importações como um todo impõem ao país um estilo de vida diferente do que

seria mais adequado às necessidades do povo.

Inflação: sempre a favor dos ricos

Uma das metas sempre decantadas pelos governos pós-64 foi o combate à inflação. No começo da década de 70, arrochando salários, descapitalizando as pequenas e médias empresas, e falseando índices, o governo conseguiu apresentar índices de inflação abaixo de 20%. Porém, as coisas mudaram.

As disputas entre os vários setores das classes dominantes ficaram mais agressivas, depois que a economia entrou em desaceleração. Resultado: a inflação disparou novamente: 46% em 1976; 39% no ano passado e no mínimo 40% este ano.

Na verdade, nunca se combateram os verdadeiros focos de inflação: a orgia do sistema financeiro, que cria fortunas a partir do nada; os estrangulamentos da economia, jamais resolvidos. E o governo? O governo se fartava, mentindo, produzindo planos megalomaniacos. Enquanto isso, o constante aumento da inflação colaborava ainda mais para a transferência de renda para as classes mais ricas.

Qualidade de vida: o trágico dia-a-dia

Há muitos anos, a população brasileira vem se concentrando nas cidades. Hoje, mais da metade dos 115 milhões de brasileiros mora em centros urbanos. E desde 1964 pouco ou nada foi feito em matéria de infra-estrutura urbana.

Os poucos investimentos realizados se destinaram a facilitar o tráfego de automóveis, produzidos aos borbotões pela indústria automobilística; o transporte de massa continuou relegado a segundo plano (a construção dos metrô do Rio e de São Paulo se arrasta através dos anos). Saneamento básico, saúde e educação, recebem muito menos atenções do que deviam. Lembra-se da epidemia de meningite em São Paulo? E o que dizer da queda vertical da qualidade de ensino, principalmente de nível superior, onde proliferaram faculdades particulares, verdadeiros caça-níqueis?

Tudo isso demonstra que o modelo elitista e concentrador imposto pelos governos pós-64 só agravou as condições sociais da vida da maioria da população brasileira. Tudo isso prova que é preciso mudar, com urgência. As alternativas estão aí à vista de todos.

CONTRA O ARROCHO E A EXPLORAÇÃO

Grupos de apoio, forma livre de lutar

A campanha de Fernando Henrique é um instrumento de mobilização. Nas fábricas, nos escritórios, nas escolas. A idéia é que cada um deve contribuir para a organização e o desenvolvimento da campanha. A idéia é que sejam criados "grupos de apoio". E não só para trabalhar pela eleição de Fernando Henrique e dos candidatos que se disponham a lutar por uma democracia para mudar. Cada grupo deve botar para fora sua vontade de

criticar e refazer. Deve discutir as questões fundamentais com as pessoas que sabem onde o calo aperta. Organizados, não em clubes de debates, repletos de oradores, mas em grupos de tamanho razoável, onde todos tenham voz, estaremos dando um passo importante para alcançar o ideal de uma sociedade democrática mais igualitária e próspera. Não apenas para os ricos, mas para todos. Chegaremos lá.

Os grupos de apoio constituem a espinha dorsal da campanha pela eleição de Fernando Henrique Cardoso. Eles representam o principal meio de mobilização que a sublegenda realizará em todo o Estado pela democratização imediata do País. Os grupos de apoio contribuirão para ampliar e fortalecer o MDB.

Os grupos de apoio podem ser organizados em diretórios do MDB, em cidades, bairros, locais de trabalho, associações de classe, categorias profissionais e, inclusive, entre pessoas vinculadas por laços de amizade. Onde houver gente disposta a lutar pela democracia, para mudar, pode e deve haver um grupo de apoio. No entanto, cada grupo de apoio não deve ser tão grande que dificulte a discussão e o trabalho prático.

Os grupos de apoio podem fazer muitas coisas. O que se segue é uma lista básica das suas funções essenciais, que podem ser mesmo ampliadas, segundo as possibilidades de cada grupo:

- Debater a conjuntura política nacional e os problemas específicos que afetam os locais de trabalho, estudo, moradia ou lazer a que pertençam os membros do grupo de apoio;
- Elaborar e colocar em prática um plano de trabalho junto a esses locais, difundindo temas e a propaganda da campanha de Fernando Henrique;
- Preparar material de propaganda da campanha,

voltando-se também para as questões específicas que afetam seu meio social. É importante que cada grupo ponha para frente suas próprias idéias, não se restringindo às iniciativas do Comitê do candidato;

- Promover reuniões mais amplas ou atos públicos, aos quais compareçam candidatos e outras figuras representativas das posições defendidas na campanha, além do próprio Fernando Henrique;
- Organizar a contribuição de recursos para a campanha e colaborar com a Coordenação Geral da Campanha na solução dos problemas materiais de propaganda;
- Listar, com endereços,

possíveis eleitores de Fernando Henrique, para que possam receber diretamente material da campanha;

- Formar tantos outros grupos de apoio quanto for possível e mobilizar pessoas que possam contribuir para qualquer tipo de trabalho fora do grupo.

Cada grupo de apoio já existente deve comunicar imediatamente sua constituição à Coordenação Geral da Campanha. Facilitaria muito se a comunicação viesse acompanhada dos nomes e endereços de todos os membros do grupo. As pessoas que desejem organizar um grupo de apoio e que necessitem alguma orientação adicional poderão também se dirigir à coordenação da campanha.

**Coordenação da campanha de
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Candidato ao Senado Federal

Movimento Democrático Brasileiro

Democracia para mudar

Rua Sena Madureira, 646

Tel. 70-4325

TODOS JUNTOS PODEM TUDO

Por que votar em Fernando Henrique Cardoso

- Estado de Direito
- Anistia ampla e irrestrita
- Eleições diretas para Presidente da República
- Eleições diretas para todos os cargos eletivos
- Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana
- Autonomia política e financeira para os municípios
- Liberdade de organização partidária
- Liberdade e autonomia sindical
- Melhores salários para os trabalhadores
- Distribuição de renda e de riqueza
- Controle do capital estrangeiro
- Desenvolvimento da tecnologia nacional
- Reorganização do sistema financeiro, com o fim dos juros extorsivos
- Controle pelo Congresso e pelo povo em geral das empresas estatais
- Liberdade das organizações estudantis
- Liberdade de organização e reivindicação para o funcionalismo público
- Defesa dos camponeses e dos trabalhadores do campo
- Igualdade de direitos para as mulheres
- Liberdade de manifestação política e cultural, no rádio, na televisão na imprensa, no teatro, no cinema e em todas as formas de expressão
- Valorização do negro e das outras minorias raciais



São estes os pontos mínimos para um futuro mais justo e igualitário, na direção de uma sociedade sem explorados e exploradores.

FAÇA DO SEU VOTO UMA ARMA

